



## **Amazônia e seus rios de discursos:**

### **A luta pela apropriação discursiva do maior bioma terrestre do planeta<sup>1</sup>**

Édipo de Queiroz SANTIAGO<sup>2</sup>

Carolina Rabelo da SILVA<sup>3</sup>

Luciana MIRANDA<sup>4</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

#### **RESUMO**

O trabalho tem por finalidade avaliar como tem se configurado as lutas discursivas empreendidas na Amazônia e como a formação do campo de comunicação demonstra que, embora esteja no imaginário que esta região é dominada pelo poder que lança mão da brutalidade, as lutas discursivas, em que ínfimas diferenças etimológicas são pródigas em apontar transformações, impelir políticas públicas e transformar dispositivos legais.

**Palavra – chaves:** Amazônia; discurso; imaginário

#### **Introdução**

A Amazônia<sup>5</sup> é alvo de constantes disputas entre os diferentes agentes sociais que nela habitam ou desenvolvem atividades no seu espaço. Para compreender a discussão acerca das apropriações discursivas que são produzidas com o objetivo de legitimar. Durante essas várias lutas que são travadas, apropriações discursivas são produzidas com o objetivo de legitimar a ocupação e controle da região Amazônica. Pela relevância central neste artigo é importante compreender as diversas acepções do termo “apropriar”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Aluno líder e estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo do ILC-UFFPA, email: eqs\_@hotmail.com

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social-Jornalismo do ILC-UFFPA, e-mail: carolina\_rabelos@hotmail.com

<sup>4</sup> Conceito de Amazônia Legal, definido pelo Governo Federal em 1953 por meio do decreto 35600, que compreende a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44º de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup> correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.



Para Little (2004, p. 323):

O termo “apropriar” tem muitas acepções nas ciências sociais contemporâneas: Lefebvre (1991) utiliza o termo para indicar o processo da “produção do espaço”; Godelier (1986) fala da “apropriação social e natural da natureza” para conceituar a estrutura das relações ecológicas de uma determinada sociedade; Ziff e Rao (1997), por sua vez, utilizam o conceito em um contexto multiculturalista para criticar as distintas formas de “apropriação cultural como roubo[...]”

Assim, entende-se apropriação como uma estratégia que determinados grupos sociais usam para legitimar suas práticas e controle de espaços por eles almejados. Esse processo gera uma naturalização de privilégios que determinados passam a adquirir pela habilidade de categorizar e compreender a região Amazônica à sua maneira.

Assim, busca-se analisar o envolvimento dos diferentes grupos sociais na produção do espaço e a críticas recorrentes que são feitas às políticas públicas pela alternância de prioridades concedidas aos ribeirinhos, indígenas, sem-terra, migrantes e etc.

A região é reconhecida internacionalmente pelos conflitos agrários que se disseminam na região, sobretudo no sudeste do Pará, área de atração desde a chegada dos grandes projetos minerais e, mais recentemente, pela expansão da fronteira agrícola. É justamente o fato da alternância e não encerramento de atividades produtivas que determinam incessantes disputas pelo controle da região.

Um traço relevante que marca as diferentes atividades que prevaleceram [na Amazônia] em momentos distintos é, em geral, o não encerramento de nenhuma delas. O que houve, sim, foi uma alternância de hegemonia. (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004).

### **Pesos fluidos**

A partir da leitura THÉRY (2004, p. 9) verificamos a importância de índices estatísticos para a compreensão da Amazônia com um peso muito reduzido no conjunto do país. Porém, é relevante considerar as transformações recentes, afetadas pelo surgimento de novos eixos, redes e suas dinâmicas.

O autor apresenta estatísticas que corroboram a disparidade entre a superfície ocupada pela Amazônia e seu peso econômico e social: a superfície da Amazônia corresponde a 60% do território nacional, em contrapartida a soma de todas as riquezas geradas por essa região não



ultrapassam 5%. Um dos poucos índices em que a Amazônia supera outras regiões é a número de mortos em conflitos fundiários.

A Amazônia é a última colocada entre as cinco regiões em número de pesquisadores e doutores, um fato que pesará sobre o seu futuro, uma vez que a formação de elites regionais é indispensável à conquista do desenvolvimento sustentável. Entretanto, a construção de rodovias, a melhoria da malha hidroviária e a rede de telecomunicações vêm mudando estrategicamente a função da Amazônia. E nesse cenário, adverte o autor, surge a possibilidade de um novo ímpeto.

Durante séculos, a Amazônia se estruturou em função dos rios as cidades se localizam na confluência desses. A construção de rodovias durante a política “integração nacional” fez surgir novo pontos nodais, alguns continuando atrelados aos rios, outros não.

O autor cita os principais eixos de integração desde a década de 1960 até a década atual. As principais possibilidades de reposicionamento estratégico da região surgem com uma maior integração com os países vizinhos. Todavia, essa mudança não soluciona a situação de marginalização dessa região. Portanto é necessário considerar que a formação desses novos eixos produz efeitos seletivos e discriminantes. Um exemplo disso é a realidade de cidades como Paragominas que gozam de desenvolvimento econômico e social satisfatórios, enquanto regiões como a Bragantina permanecendo em um momento de estagnação econômica e social.

Portanto, é necessário confirmar que essa região permanece com seus milhões de quilômetros quadrados, mas no peso demográfico, econômico e social suas estruturas começam a se tornar movediças.

### **Os espaços sofrem reapropriações, os atores sociais são desapropriados**

Em decorrência do papel secundário que várias atividades passaram a desempenhar, como Drogas do Sertão e Extração da Borracha, determinados atores sociais viram seu poder econômico e político praticamente desaparecer. A situação nas cidades é semelhante: quando determinados espaços recebem infra-estrutura adequada, a população é alijada das benesses produzidas pelas políticas públicas, seja pelo aumento do custo de vida, seja pela reapropriação discursiva e social do espaço que passa tornar mais tênue o laço de pertencimento social.

Para Serre (2004, p.209) é notável em visitas que foram feitas aos bairros de Belém que a especulação fundiária está sempre presente. O custo da eletricidade e água é muito elevado para as famílias pobres. É freqüente famílias terem que vender suas casas localizadas em espaços recém-revitalizados e terem que retornar a lugares periféricos e terem



que voltar a conviver com os mesmos problemas de infra-estrutura que passavam antes da revitalização dos espaços por ela ocupados.

Evento similar ao que autor ressalta tem acontecido no Bairro da Pedreira em Belém do Pará, onde o bairro deixou de ser significado como periferia e passou a representar um lugar de residência de pessoas pertencentes à classe média. É importante observar que manter apenas os custos de vida da população não é suficiente para mantê-las naquele espaço, é necessário encontrar estratégias para que os seus hábitos permaneçam e não sejam relegados a uma condição de marginalidade e anormalidade. No bairro de Canudos, os moradores que mantêm um laço forte com as manifestações afro-brasileiras sofrem discriminação pelas novas populações, atraídas pela especulação imobiliária.

### **Aqui está, o paraíso e o inferno!**

Durante o decorrer do processo de colonização da Amazônia engendrada pelos portugueses, duas representações da Amazônia se revezavam no imaginário social dos aventureiros que tentavam conquistá-la. Nos primeiros séculos da colonização, a Amazônia foi tida como um espaço idílico, inexplorado e, portanto, muito parecido com o paraíso. Porém, o retorno de alguns viajantes para Portugal trouxe informações das epidemias e do clima úmido. Essas notícias determinaram uma resignificação do imaginário coletivo, quando passou a prevalecer uma visão demonizada da região. Esse imaginário foi construído a partir de um eurocentrismo orientado por hipérboles, seja na “violência indígena”, seja nas características do clima e suas epidemias tropicais.

Para Little (2004, p.321):

[...] a Amazônia tem sido “apropriada” discursivamente por múltiplos grupos externos à região, produzindo um imaginário social que se bifurca em duas imagens polarizadas: um lugar idílico, pouco perturbado pelo ser humano e, portanto, muito parecido ao paraíso; ou um lugar inóspito, perigoso e de difícil convivência com o ser humano.

É interessante notar que essas interpretações simplificadas acerca da Amazônia não se limitam a estereotipar o espaço geográfico. Como historicamente as populações tradicionais foram vistas como uma extensão da natureza ou como mais um elemento dela, como adverte Little (2004), as visões sobre a Amazônia se estendem aos atores sociais que vivem em seu espaço. Isto é, há uma tendência maniqueísta de considerar: do lado “idílico”,



os índios, ribeirinhos e pescadores; e na extremidade “demonizada”, os fazendeiros, garimpeiros e colonos.

A “apropriação” da Amazônia produzida pelos discursos ambientalistas é semelhante ao chamado “Orientalismo”, isto é, uma visão onde predominam um imaginário fantástico e onde “todos” os elementos de sua realidade recebem o status alegórico. A prova das implicações da produção discursiva é a pergunta de capa da revista UnB que lança a seguinte questão: “Amazônia – o que fazer?”. Essa pergunta revela que determinados setores sociais vêem essa região como objeto de intervenção.

A razão dessa concepção que considera os atores sociais incapazes de determinar as ações de seu espaço é causada pela má administração das políticas públicas implantadas pelo Estado nessa região e pelo desejo de acessos aos recursos naturais dessa região. Uma tendência geral da apropriação ambientalista é conceber a Amazônia em termos estritamente biofísicos (*bias naturalista*) desconsiderando a interferência desses impactos na vida de seus atores. É justamente por essa abordagem estritamente biológica, que as políticas públicas não são progressivas. A alternância e o não encerramento dessas políticas revelam a não clareza de um projeto de desenvolvimento que seja coerente com as condições sociais e ambientais.

Little (2004) alerta para a existência de um “amazonismo” que tende a se referir a região sob um viés hiperbólico, ora considerando a região como um inferno verde, ora uma catedral verde. Essa tendência a uma apreensão hiperbólica da Amazônia além de simplificar e distorcer o nosso entendimento dessa complexa região acaba por ter implicações muito além do campo discursivo. Isto é, os discursos predominantes têm força de orientar e determinar as esferas das ações sobre um determinado tema. Isso fica claro em convenções, quando determinadas pessoas conseguem se eleger delegados e definir os contornos de políticas culturais, econômicas e de saúde.

### **Os Órgãos (não) tocam a dança da chuva**

O êxito das políticas públicas na Amazônia está, necessariamente, dependente do grau de organização dos órgãos de gestão ambiental, que operam em esferas municipais, estaduais e federais. Segundo Burstyn, Maria; Burstyn, Marcel e Assunção (2004, p.263):

Os resultados [da pesquisa], no entanto mostram que o aparato legal vem sendo formulado paulatinamente; e que os órgãos estaduais de meio ambiente da região enfrentam problemas de ordem política, econômica, financeira, e de recursos humanos; relegando a questão ambiental a um segundo plano nas agendas governamentais.



É evidente que a “desestruturação” dos órgãos de gestão ambiental é resultante do atraso do Estado para com a temática ambiental. Vale assinalar que o meio ambiente só entrou na agenda governamental dos estados da Região Amazônica devido à forte pressão dos organismos nacionais e internacionais, então preocupados com a consequência da expansão da malha rodoviária, dos constantes desmatamentos e queimadas por ela gerada.

Os autores acima citados revelam que as políticas públicas implementadas pelo Estado foram formuladas paulatinamente e isso gerou a criação de vários órgãos que possuem objetivos diferentes e até conflitantes entre si, isto é, as lutas internas entre os órgãos ambientais acabam por neutralizar sua atuação e impedir uma efetiva ação fiscalizadora e repressora para os crescentes crimes ambientais.

Muito tem se criticado sobre as lutas internas resultantes de uma diversidade de organizações ambientais que diferem em estrutura, objetivos e meios de atuação. Porém o grande problema não é a existência de uma diversidade de órgãos ambientais, uma vez que em uma sociedade democrática é presumível que a diversidade de ideias é saudável para garantir a representatividade de interesse dos diversos atores sociais.

O problema consiste no sucateamento e desaparelhamento dos institutos de regulação ambiental. O cenário é semelhante ao dos agricultores que têm de lutar pela sobrevivência e, devido a isso não têm entusiasmos para manter viva o habitat natural que os alimentam. Isto é, como os órgãos tem de lutar pela manutenção da sua existência, não resta tempo nem recursos para desempenharem suas ações fiscalizadoras e educativas.

Burstyn, Maria; Burstyn, Marcel e Assunção (2004, p.262) relatam que o processo de criação do órgão Sema que, de início, possuíam uma atuação mais direcionada ao Sul e Sudeste que enfrentavam sérios problemas gerados pela expansão da indústria e, portanto, da exploração de recursos naturais usados como matéria-prima para a produção dos primeiros produtos. Nesse trecho podemos identificar a falta de planejamento para a temática ambiental voltada especificamente à Amazônia. Isto é, o órgão que passou a ter uma função central na gestão dos recursos da Amazônia fora criado para atender a problemática oriunda do Sul e Sudeste

O Ibama então é criado, em 1980, com a missão de resolver a superposição de competências ( que se dividiam entre Sema, IBDF e Sudepe) e ainda viabilizar a implementação de algumas ações importantes em todos os estados da federação. A criação do Ibama surge como uma necessidade de resposta aos debates internacionais e coloca a Amazônia como centro de interesse e preocupação nos debates internacionais.



Diante da disparidade entre a estrutura da Secretaria Especial de Meio Ambiente e a complexidade de suas atribuições é criada a Lei de Política Nacional com um intuito marcadamente descentralizador.

É válido ressaltar que dos anos 80 aos dias atuais vários órgãos e programas foram criados como as OEMA'S (Órgãos Estaduais de Meio ambiente) da região Amazônica, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais e etc.

O processo de institucionalização das políticas ambientais ainda configura uma dualidade, pois houve avanços no estabelecimento de mecanismos como a descentralização dos órgãos ambientais, na contramão disso o processo decisório do público ainda não é uma questão resolvida.

### **Uma nascente e seis afluentes**

O movimento ambientalista é representado nos meios de comunicação como um movimento homogêneo, porém para compreender as relações sociais que esses movimentos desenvolvem com os povos da Amazônia é necessário compreender as diversas vertentes que constituem o movimento. Em muitos momentos contraditórios entre si.

Identifico pelo menos seis vertentes distintas, cada uma com sua própria ideologia ambiental e suas finalidades: preservacionismo, conservacionismo, tecnoambientalismo, ecologismo, socioambientalismo e globalismo<sup>6</sup>. (LITTLE, 2004, p. 329).

O preservacionismo é uma corrente que nasce no Séc XIX em resposta à acelerada industrialização dos países do Norte, onde ocorreu a disseminação da noção de *wildness* (a natureza concebida no seu estado selvagem) e fonte de inspiração a ser apreciada pelo homem. A principal política pública desenvolvida por essa vertente é criação de áreas protegidas (parques nacionais, refúgios para fauna silvestre estações ecológicas e etc).

O conservacionismo surge no fim do século XIX, quando houve um interesse em explorar os recursos naturais de uma maneira que não os esgotasse. É nítido o núcleo que viria originar o que chamamos hoje de desenvolvimento sustentável. Essa vertente se apropria dos modelos de exploração dos modos de exploração das sociedades tradicionais, sobretudo as indígenas, para tentarem desenvolver modos de exploração que mantenha os recursos naturais. Uma das problemáticas que impõe para essa vertente é a difícil maneira de garantir o direito de propriedade intelectual.

---

<sup>6</sup> Os conceitos acerca dos movimentos ambientalistas se baseiam em Little (2004)



Os socioambientalistas atuam através de alianças estratégicas entre setores do movimento ambientalista e grupos sociais. Esse segmento tem visibilidade pela articulação, conseguindo muitas vezes levar suas reivindicações diretamente ao cenário político.

O *tecnoambientalismo* surge em resposta às péssimas condições ambientais encontradas nas cidades, resultante do processo de industrialização. Vale destacar que essa vertente sempre buscou formas técnicas de remediar essas condições, sem necessariamente questionar os processos produtivos que a causavam. A idéia de “projetismo” dessa vertente gera significativos impactos em relação às lideranças dos povos tradicionais. Um traço marcante desse movimento é a nítida tentativa de desenvolvimento de tecnologias limpas e a recuperação de áreas degradadas.

O ecologismo encontra-se na contramão do tecnoambientalismo, na medida em que crítica as próprias bases do desenvolvimento capitalista. Essa vertente procura mudanças radicais nas formas atuais de produção, chegando a questionar as ideologias produtivista e de mercado que fundamentam as economias nacionais e mundial. Pertence a essa corrente o famoso Greenpeace.

O globalismo é o mais difícil de delimitar. Estritamente estão engajados com a situação e impactos planetários no planeta, resultantes da ação humana. Destacam-se o aquecimento da atmosfera, a poluição dos oceanos, a destruição da camada de Ozônio e etc.

### **Entre mitos e equívocos**

Segundo Bursztyn(2004, p. 295) a Amazônia é uma terra de superlativos, inclusive dos equívocos no tocante à implantação de ações cuja lógica esteve pautada pelos interesses do explorador e não pela sua realidade. Essa região foi, e continua sendo, objeto de sucessivos processos de extração de valores econômicos. Assim, sobressai-se a ausência de um projeto coerente com suas condições ambientais, sócio-culturais, político-institucionais e etc.

O autor caracteriza a Amazônia como uma terra de contrastes: belo e perigoso; atração e medo; riqueza natural e pobreza humana; força e fragilidade da cultura local; pujança da natureza e fragilidade dos ecossistemas.

O autor vê nos ciclos econômicos, *drogas do sertão*, *jesuítas*, *ciclo da borracha*, *zona franca de Manaus* uma característica comum: a destruição no aspecto econômico e na expressão cultural, através da negação dos valores locais. A análise de sucessivas políticas demonstra o desconhecimento, a falta de avaliação técnica e o descaso diante de possíveis resultados da ação humana.





Um debate mais profundo sobre a questão regional acaba por esbarrar em um tabu intelectual: até que ponto a valorização de particularidades e idiosincrasias alimenta teses regionalistas de ruptura com a nacionalidade? Ou em outra extremidade: até que ponto o receio de colocar em xeque a unidade do país é um subterfúgio para mitigar as contradições aqui existentes.

O autor elucida muitas perguntas sem resposta e respostas sem pergunta, isto é, ações sem questionamento e questionamento sem ações. Destacam-se a incapacidade de utilizar os recursos de maneira, efetivamente, sustentável. Ainda se destaca um modelo de gestão pública que cria órgãos com missões conflitantes e excludentes entre si. É relevante ressaltar que os esforços do governo têm sido eclipsados pela doutrina neoliberal.

Vale ressaltar que os mitos que continuam a povoar o imaginário nacional e até global sobre a Amazônia: a natureza é forte; a densidade demográfica amazônica é muito baixa; o *celeiro do mundo*; o Estado cresceu muito e regulamenta demais; entre outros.

### **Tênue fronteira**

A maneira como os grupos sociais amazônidas são interpretados está imbricada com as representações que são construídas acerca da região pelos movimentos ambientais. Segundo Little (2004, p.327) “O bias naturalista também permeia e influencia a maneira pela qual os diversos grupos humanos são entendidos e incorporados nessas visões sobre a Amazônia.”

Dessa maneira, os indígenas ainda possuem marcas de uma identidade herdeira do “bom selvagem”. Esse imaginário coletivo oriundo do Século XVII prevalece ainda nos dias de hoje, com uma visão levemente atualizada, preferindo adotar essa imagem que se adapta às expectativas dos grupos ambientais e de seus financiadores. Uma característica interessante no caso dos índios é o conflito identitário que eles se deparam na contemporaneidade. Enquanto alguns defendem a conservação, quase intacta de seus hábitos, outros defendem a inserção dos indígenas na sociedade, aceitando os reflexos das trocas simbólicas potenciais de existir.

Para Little (2004, p. 327):

“Os caboclos, ribeirinhos, *cholos*, *cambas* e outros grupos quase étnicos’ (Chibinik, 1991) sofrem de outras formas de distorção nas mãos dos ambientalistas. No caso dos caboclos Nugent (1993) destaca sua invisibilidade perante os cientistas sociais que investigaram a Amazônia durante o século XX.



É notável observar a apropriação ambientalista em que se tende a perder de vista que esse grupo social é resultado de processos coloniais e imperiais de exploração da Amazônia. Sem essa memória coletiva, os caboclos tendem a não se identificar como grupo que compartilha de uma história social comum. Assim, perde-se de vista ou atenua-se a situação de exploração econômica e dominação política pelos quais os caboclos sofreram nos últimos dois séculos. Perdida a memória coletiva, esses grupos se tornam mais suscetíveis a aceitar como natural sua situação de miséria e marginalização social.

“A apropriação ambientalista também tende a ignorar a existência dos múltiplos grupos não tradicionais que conformam a maioria da população total dessa região.” (BID, 1991 apud LITTLE, 2004, p. 329).

Uma tendência da apropriação discursiva dos movimentos ambientais, mas não somente deles, é ignorar os problemas sofridos pela população urbana, como falta de água potável, precarização do transporte público e insalubridade das moradias e violência. Na contramão dessa invisibilidade social estão outros grupos como os fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e colonos. Se o índio é a personificação de um imaginário edênico, esses são portadores de uma representação demonizada, tidos como destruidores do espaço amazônico.

É importante observar que nem mesmos as produções científicas estão imunes à promover apropriações discriminatórias. Os Autores Sayago, Tourrand e Burzty (2004, p.23) deixaram a mostra certo tratamento diferenciado com a Amazônia, quando disseram que um dos desafios para a região é a adoção de padrões de **colonização**. Certamente foi apenas um erro involuntário, ou a manifestação de um preconceito que de tão arraigado, já não há chance para se extrair.

Porém Little (2004) argumenta que mesmo que essa demonização seja baseada em dados empíricos concretos, ela atrapalha o entendimento científico social deles, devido a classificação que os apreende como inimigos a ser combatidos. A situação começa a mudar, apesar de lentamente, com estudos antropológicos e sociológicos sobre alguns desses grupos. O autor cita a etnografia realizada por Cleary (1990) dos garimpeiros da Amazônia Brasileira como um bom exemplo que retrata seus problemas, suas aspirações, suas formas de sociabilidade. Com estudos dessa natureza temos possibilidades de ter um entendimento dos grupos amazônicos, menos distorcido e mais completo, revelando que a fronteira entre a



vilania e a nobreza são tão instáveis quanto o marco divisor que separa o tempo de ser presa e predador.

## Referências

- BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. BURSZTYN, Marcel. ASSUNÇÃO, Francisca Neta. **AMAZÔNIA: Cenas e Cenários**. Brasília: Editora UnB 2004. P 263 a 291.
- COELHO, Maria Célia Nunes. **ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: Gestão de recursos naturais**. Belém: Editora Ufpa – NAEA, 2000. P 117 a 159.
- COELHO, Maria Célia Nunes. **AMAZÔNIA: Estratégias de desenvolvimento sustentável**. Belém. P 49 a 54
- FENZL, Norbert. CANTO, Américo. VINÍCIUS, Marcos. **ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: Gestão de recursos naturais**. Belém: UFPA - NAEA P 245 a 275
- FURRIELA, Rachel Biderman. **INTRODUÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL: desafios atuais e futuros**. P 7 a 27.
- MORÁN, Emílio F.. **A ECOLOGIA HUMANA DAS POPULAÇÕES DA AMAZÔNIA**. Petrópolis:Vozes, 1990. P 23 a 55; 123 a 155.
- LIMA, Mara Goreth. **Guia Ambiental do Estado do Pará: O que você precisa saber sobre Gestão Ambiental**. Belém: 2001. P 1 a 15.
- LITTLE, Paul E. **AMAZÔNIA: Cenas e Cenários**. Brasília: Editora UnB 19XX. P 321 a 327.
- THÉRY, Hervé. **AMAZÔNIA: Cenas e Cenários**. Brasília: Editora UnB 2004. P 9 a 15
- SAYAGO, Doris; TOURRAND Jean François; Bursztyn. **AMAZÔNIA: Cenas e Cenários**. Brasília: Editora UnB 2004. P 17 a 28.
- SERRE, Agnès. **AMAZÔNIA: Cenas e Cenários**. Brasília: Editora UnB 2004. P 193 a 211.